

como aplicar o jumbo

Brasil examina

A liberação, enfim, dos recursos do jumbo evitará que o Brasil possa vir a ser considerado inadimplente, um risco que chegou a ser examinado seriamente nos gabinetes de Brasília. Agora, esse risco está contornado — ou, pelo menos adiado até o final deste ano ou o começo do próximo. O esquema de liberação dos recursos e de sua aplicação pelo Brasil foi examinado ontem em prolongada

reunião de técnicos do Ministério da Fazenda, em contato inclusive com o ministro Ernane Galvães. O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, estava em São Paulo e não participou do encontro. Para o governo brasileiro, agora, trata-se de examinar o aproveitamento dos novos recursos, entre eles o da tranche do FMI que também deverá sair até o final de março.

País que repudiar dívida ficará fora do século XX

Washington — O que aconteceria se algum dos países com grandes dívidas externas como o Brasil, o México, a Argentina ou a Venezuela, exasperado pela aparente inflexibilidade do mundo industrializado e dos bancos internacionais, decidisse não pagar seu compromisso?

"Seria renunciar a viver no Século Vinte", comentou francamente esta semana o ex-presidente equatoriano Galo Plaza.

"Seria como fechar o país, girar a chave e atraí-la ao mar", opinou com maior certeza um analista vinculado a um dos grandes organismos financeiros internacionais.

Tem-se conjecturado muito desde que começou a crise das dívidas com o caso mexicano em agosto de 1982 sobre o perigo de um desabamento do sistema financeiro, caso calam em bancarrota as nações endividadas por um montante global de cerca de 800 bilhões de dólares, dos quais quase a metade se concentra na América Latina.

A questão é que desde o começo da crise os governos dos países industrializados, os organismos internacionais, os bancos comerciais credores e as nações endividadas estruturaram mecanismos para ir solucionando o problema paulatinamente e individualmente.

Os mecanismos abrangem ajuda de emergência e programas de saneamento econômico do Fundo Monetário Internacional (FMI), empréstimos diretos entre governos, e refinanciamento e novos empréstimos dos bancos particulares.

O fundo desempenha o papel de vilão, que exige dolorosos reajustes das economias atribuladas como garantias para os bancos de que devem continuar emprestando para resgatar seu dinheiro. Na realidade, o Fundo vem agindo como um árbitro severo, mas imparcial, pressionando tanto os países para que corrijam suas deficiências, como aos bancos para que não fechem suas portas aos devedores.

O processo de renegociação não é fácil, mas grandes devedores como o Brasil, México, Chile e Peru estão saídos da etapa crítica e enfrentam uma recom-

posição mais ordenada de suas finanças, ainda atribuladas, e o diretor gerente do Fundo, Jacques de Larosière, propõe condições mais benignas como o México.

A Argentina e a Venezuela, ambas com governos recém-instalados, ainda estão nas conversações iniciais e fazendo cara feia, prevendo o sabor amargo do remédio que se aproxima.

A verdade é que os mecanismos são ainda frágeis e imperfeitos, possivelmente vulneráveis a rebeldia de algum dos grandes devedores. Por isso parece improvável que os outros três pilares vão aceitar alegremente um repúdio da dívida. Fazê-lo, seria mostrar aos que já avançaram bastante no caminho dos sacrifícios, que talvez tivesse sido melhor para eles somar-se aos rebeldes.

Galo Plaza propôs conciliadamente esta semana em Washington as aspirações latino-americanas de se proporcionar mais flexibilidade do sistema, com prazos mais longos e juros mais baixos para aliviar o grande custo social do reajuste e suas possíveis repercussões políticas internas.

Coincidentemente chegam as vozes de impaciência de Buenos Aires e de Caracas, mais próximas do preço da miséria humana reclamado pelo sanemaneto econômico de que a visão remonta desde as margens do Potomac ou desde os arranha-céus de Nova Iorque.

Essas vozes ressuscitam o fantasma da moratória unilateral ou do repúdio da dívida. Para o economista Richard N. Cooper, de Harvard, isso "não seria uma atitude racional, mas sim a resposta de revolucionários senofóbicos".

E o preço? — "isolaria um país dos mercados de capital por 25 a 30 anos", exporia seus navios, aviões e embarques de exportação a confiscos judiciais no exterior, acabaria com os empréstimos para o desenvolvimento e os créditos a curto prazo necessários para a importação de recursos industriais imprescindíveis e precipitaria a economia interna numa recessão ainda mais profunda e dolorosa.